

HABEAS CORPUS Nº 548.592 - PR (2019/0356967-1)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
VINICIUS SANTOS DE SANTANA - SP308208
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : B M DE O A (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de B. M. DE O. A., apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, que indeferiu o pedido de liminar no *writ* de origem.

Consta dos autos que o paciente está sendo representado pela prática do ato infracional análogo ao crime do art. 33 da Lei 11.343/2006, tendo sido decretada sua internação provisória pelo juízo de primeiro grau.

No presente *writ*, a impetrante argumenta que a decisão não trouxe fundamentação adequada e não estão configuradas as hipóteses previstas no artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA a autorizar a imposição da medida extrema ao adolescente, uma vez que o adolescente é primário e o ato infracional não foi praticado mediante violência ou grave ameaça.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A medida socioeducativa de internação somente pode ser aplicada quando caracterizada ao menos uma das hipóteses previstas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 63/64):

1. Trata-se de Habeas Corpus, com pleito liminar, impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná em favor de Bruno Moreira de Oliveira Amaral, adolescente nascido em 08/08/2002, tendo como autoridade coatora a Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude - Seção

Infracional – Foz do Iguaçu/PR, Por meio do presente, busca-se a concessão de ordem para que seja determinada a writ liberação do Paciente, cuja a internação provisória foi determinada através da decisão proferida ao mov. 25.1 dos autos nº 35775-04.2019.8.16.0030.

Para tanto, sustenta-se que a medida imposta ao paciente carece de guarida legal, em síntese, porque não estariam presentes quaisquer das hipóteses previstas pelo art. 122 do ECA, sendo o adolescente primário e o ato infracional a ele imputado não teria sido cometido com violência ou grave ameaça.

Ademais, defende que a decisão possui fundamentação genérica, ser inadequada a aplicação de internação como forma de proteção do adolescente em situação de risco ou como forma de antecipação da pena e, que a manutenção da privação da liberdade pode caracterizar crime de abuso de autoridade.

Por fim, pugna pela concessão liminar da ordem de liberação do adolescente.

Nestas condições, vieram-me os autos para apreciação em sede de Plantão Judiciário.

2. Em que pesem as razões desenvolvidas pela Impetrante, entendo que a presente liminar não merece ser acolhida.

Explico.

A concessão de liminar em habeas corpus é medida de extrema excepcionalidade, somente sendo admitida nos casos em que for demonstrada, de forma explícita e contundente, a necessidade de urgência da ordem. Para tanto, a prova deve ser pré-constituída e livre de controvérsia, devendo a decisão atacada conter flagrante ilegalidade ou nulidade.

Todavia, não vislumbro a possibilidade de concessão da liminar requerida no caso em análise.

Isto porque, a decisão proferida pela autoridade coatora trouxe em seu bojo a presença dos indícios de autoria e prova da materialidade do ato infracional, assim como a necessidade da internação, demonstrando que a aplicação das medidas de proteção, por si só, não tem o condão de afastar o adolescente do mundo ilícito.

Note-se que foi determinada a internação provisória do paciente, em razão de o ato infracional (análogo ao tráfico de drogas) possuir gravidade, destacando a repercussão social, indícios de autoria e prova da materialidade, demonstrando-se a necessidade de se alcançar o caráter pedagógico da medida cautelar.

É cediço que o art. 174 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que ante a gravidade do ato infracional e sua repercussão social, a adolescente permaneça sob internação, para garantir a sua segurança pessoal e assegurar a manutenção da ordem pública.

Nota-se em exame dos autos, que o Paciente cometeu, em tese, ato infracional que configura o delito de tráfico ilícito de drogas, elevado, pelo constituinte e pelo legislador ordinário, à condição de delito assemelhado aos crimes hediondos.

Assim, estando presentes os indícios de autoria e prova da materialidade, ressaltados na decisão de origem, há necessidade de se resguardar a ordem

pública, de um lado, e de se proteger o adolescente, de outro.

Ademais, verifica-se que a internação provisória, neste caso, a despeito do que sustenta a Impetrante, tem condão em afastar a paciente do mundo pernicioso em que estava inserido, para que possa refletir sobre os seus atos, e, assim, ter um projeto de vida responsável.

Constata-se que a decretação da internação provisória está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e em atenção às peculiaridades do caso, não cabendo, por ora, sua modificação.

Sob estes fundamentos, INDEFIRO a liminar pleiteada.[...].

A decisão que decretou a internação provisória assim dispôs (fls. 49/52):

I. Recebo a representação em face do adolescente , pela prática, BRUNO MOREIRA DE OLIVEIRA AMARAL em tese, do ato infracional análogo ao crime tipificado , em no artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06 consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Ministério Público à seq. 13, requereu a decretação da internação provisória do representado.

Decido.

II. DA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

Com fulcro no artigo 108, do Estatuto da Criança e do Adolescente, passo à análise da necessidade da decretação da internação provisória do representado.

Dispõe o art. 108, da Lei nº 8.069/90 (ECA) que a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias, mediante decisão fundamentada e baseada em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

Da análise dos documentos constantes dos autos, verifico que estão presentes os requisitos para a decretação da segregação cautelar do representado.

DA AUTORIA E MATERIALIDADE

A prova da infracional, está evidente por meio dos documentos constantes no auto de materialidade apreensão em flagrante de ato infracional (seq. 1), mais detidamente pelo auto de exibição e apreensão de seq. 1.5 e pelo auto de constatação provisória de droga, acostado na seq. 1.13.

Da mesma forma, existem indícios suficientes de autoria, uma vez que o representado foi apreendido em flagrante, transportando em sua mochila 03 (três) tabletes de maconha pesando 869 (oitocentos e sessenta e nove) gramas, conforme demonstra o auto de exibição e apreensão acostado à sequência 1.5.

DA NECESSIDADE IMPERIOSA DA MEDIDA

Verifica-se a necessidade imperiosa da decretação da internação provisória, diante da grave conduta imputada ao Representado e, ainda, como forma de garantir a integridade física e psicológica dele, além da manutenção da ordem pública.

Em oitiva informal, juntada à seq. 13.1, o adolescente declarou que comprou o entorpecente por R\$ 200,00 (duzentos reais) e estava levando para um amigo (não declarado), o qual lhe daria parte do entorpecente.

Além disso, verifica-se que foi apreendido com o adolescente uma

balança de precisão e um rolo de papel filme, o que dá fortes indícios de que a droga seria separada e preparada para venda.

Diante desse panorama, tudo indica que a aplicação das medidas de proteção, por si só, não tem o condão de afastar o adolescente dos grupos criminosos que controlam o tráfico de drogas, sobretudo, nessa região de fronteira. A privação de liberdade, ao contrário, serve como demonstração da atuação do Estado, chamando a responsabilidade a família e retirando, ainda que temporariamente, o adolescente do meio ilícito, preservando a sua integridade física de eventual investidura dos “chefes do tráfico” no sentido de “cobrarem” pelo valor da substância entorpecente apreendida motivo pelo qual, este Juízo entende que a internação provisória é essencial e imperiosa nesse momento.

Alias, destaco que este é o entendimento do E. Tribunal de Justiça deste Estado em situações : análogas, conforme se verifica do acórdão prolatado no ECA nº 1.193.595-6 Habeas Corpus – com pedido liminar. Ato infracional análogo ao delito de tráfico de drogas (art. 33, “caput” da lei Habeas Corpus 11.343/2006). Pleito de revogação da internação provisória. Alegação de desproporcionalidade entre o ato infracional e a medida de internação. Inocorrência. Adolescente apreendida com grande quantidade de substância entorpecente, aproximadamente 18.600g (dezoito quilos e seiscentos e cinquenta grama). Região fronteira. Sucetibilidade dos jovens para uso de vendas de drogas. Risco evidente. Súmula 492 STJ totalmente alheia à realidade. Não aplicabilidade. Necessidade imperiosa da medida da internação provisória, pois a jovem conta com apenas 16 (dezesseis) anos de idade, e se encontra em situação de extremo comprometimento com a traficância. Medida extrema no sentido de salvaguardar os direitos da criança e do adolescente. Liminar indeferida (HC ECA Nº 1.193.595-6, TJ-PR, Rel. Des. José Maurício Pinto de Almeida, julg. 28/02/2014).

Posta assim a questão, é de se dizer que inúmeros Tribunais em todo país têm entendido pela aplicação da medida socioeducativa de internação no caso de ato infracional equiparado ao crime de tráfico de drogas, devendo o magistrado realizar uma interpretação sistemática da lei e, não só realizar uma leitura isolada dos dispositivos legais.

Vale dizer ainda, que muito embora o presente ato infracional não tenha sido praticado mediante violência ou grave ameaça, entendo que o ato em tela deve ser avaliado com extrema cautela.

É “principalmente pelo seu , inequívoca a gravidade do tráfico de drogas poder de desencadear outros ”, conforme restou delitos e condutas antissociais e ainda desestabilizar a sociedade como um todo bem assentado pela Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau deste Egrégio Tribunal, Lilian Romero (Apelação ECA nº 833.982-4, Data Julgamento: 19/04/2012).

Destaco que o envolvimento do adolescente com o tráfico de substâncias psicoativas, demonstra que ele está , posto que essa atividade criminosa tem por hábito a utilização de menores de idade em situação de risco como “mão-de-obra”, no claro intuito de se valer da inimizabilidade dos mais jovens. Assim, verifico a existência de , tendo em mira fundado receio de dano

irreparável ou de difícil reparação a imperiosidade da segregação cautelar não só como forma de garantir a ordem pública, mas principalmente para garantir a integridade física e moral do próprio adolescente, propiciando que reflita sobre o ato que lhe é atribuído.

Assim, conquanto o tenha recentemente editado a a qual, aliás, Superior Tribunal de Justiça Súmula 492, , entendo que no presente caso o não possui o poder de vincular os demais órgãos do Poder Judiciário autoriza embasamento legal no artigo artigo 174, “in fine”, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a decretação da medida de internação provisória a fim de resguardar a segurança da adolescente, bem como garantir a ordem pública e a aplicação de eventual medida socioeducativa.

Imperioso se faz ainda destacar que, para coibir o particular interesse do crime no envolvimento de adolescentes em suas atividades, entendo que o tráfico de drogas praticado por menores de idade deve ser repreendido de maneira severa, com a aplicação da internação provisória por 45 dias, como forma . imediata de afastá-los do submundo ilícito A aplicação ampla e irrestrita da Súmula 492 do STJ, alheia à nossa realidade social, significa . Isto porque o ato infracional em comento é comum nesta região conferir um “passe livre” para o tráfico fronteiriça e deve ser coibido veementemente, uma vez que a tríplice fronteira denota peculiaridades: favorece a fuga dos adolescentes e, principalmente, estimula a atuação de menores na prática delituosa, em. Ora, o entendimento face da “sensação de impunidade” advinda da própria imputabilidade penal esposado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, embora de acordo com os ditames legais estabelecidos no ECA, vêm na contramão da realidade existente, sobretudo na Região Fronteiriça de Foz do Iguaçu.

Imprescindível ressaltar a oportuna colocação do Procurador de Justiça do estado de São Paulo Márcio Sérgio Christino acerca da supramencionada súmula: “Os menores são o principal canal de vendas de drogas: são fáceis, baratos e, agora, impunes. Essa súmula pode estar juridicamente perfeita, mas vai ”. (Revista VEJA, Editora Abril, ed. 2284 – ano 45 – nº aumentar o número de jovens no crime organizado 35, 29 de agosto de 2012 – pg. 100).

Nesse contexto, em especial em nossa cidade fronteiriça, é necessário assegurar a ordem pública e a tranquilidade social, não podendo os atributos pessoais do adolescente prevalecerem sobre a garantia da ordem pública, mormente em delito de tráfico, ensejador da prática de tantos outros crimes e responsável por tamanha repercussão negativa no seio da sociedade.

Não há dúvida, por todos estes vetores, que o fato imputado ao adolescente põe em risco a ordem pública Uma interpretação meramente literal do art. 122, do Estatuto da Criança e do Adolescente, poderia conduzir à conclusão de que somente nos casos em que houvesse efetiva violência física ou grave ameaça à pessoa seria possível a internação. Todavia, faz-se necessário interpretar o dispositivo legal de forma sistêmica e, de acordo com a responsabilidade social e jurídica do Estado. teleológica Ora, esta magistrada não desconhece o texto da lei, todavia é notório na região, sobretudo em nossa cidade, de que inúmeros crimes de roubo, furto, receptação, porte de arma de fogo, e até homicídio

cometidos por adolescentes têm ligação direta com o tráfico.

Além disso, cresce a violência causada pelo uso de drogas. Com efeito, "O Brasil é citado nas primeiras páginas do novo relatório do Conselho Internacional de Controle de Narcóticos, órgão das Nações Unidas, como um exemplo da violência causada pelas drogas. Segundo o documento, boa parte dos 30 mil assassinatos que ocorrem por ano no país está relacionada ao tráfico ou ao uso de drogas. "A violência relacionada com as drogas é um desafio nacional particularmente sério, que tem um artigo: "ONU: violência ligada à droga é desafio grande impacto nas comunidades", diz o relatório." (nacional - de Lisandra Paraguassú).

Diante do exposto, constato que estão presentes os requisitos legais previstos no artigo 300, , do Código caput de Processo Civil, para a concessão da tutela de urgência ora pleiteada, pois, presentes os requisitos previstos nos artigos ", todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo artigos 122, inciso I, 108 e 174, "in fine patente a necessidade da decretação da medida de internação provisória a fim de resguardar a segurança do adolescente, bem como garantir a ordem pública e a aplicação de eventual medida socioeducativa.

Desta feita, aliado à necessidade da garantia da ordem pública, bem como para garantir a instrução infracional e a aplicação de medida socioeducativa, concedo a tutela de urgência postulada e decreto a internação do Representado , pelo prazo máximo de 45 (quarenta provisória BRUNO MOREIRA DE OLIVEIRA AMARAL e cinco dias), nos termos dos artigos 108 e artigo 122, inciso I, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente.[...].

Como se vê, foi decretada a internação provisória do adolescente com supedâneo na gravidade do ato infracional, bem como *forma de garantir a integridade física e psicológica dele, além da manutenção da ordem pública*.

Ocorre que o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, embora seja socialmente reprovável, não conduz, obrigatoriamente, à medida socioeducativa de internação (Súmula n. 492 do STJ), que somente pode ser decretada nas hipóteses taxativamente elencadas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
- II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Nenhuma das hipóteses legais, porém, é expressada como fundamento para a internação, pois a conduta praticada, análoga ao crime de tráfico de drogas, é desprovida de violência ou grave ameaça contra pessoa (inciso I) e não há notícia

da prática de outros atos infracionais pelo paciente (inciso II), nem mesmo e descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta (inciso III).

Desse modo, constatada a ilegalidade, é caso de concessão da medida de urgência, com a superação do óbice da Súmula 691 do STF.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar a desinternação do paciente, até o julgamento de mérito do *writ* de origem, que não fica por esta decisão prejudicado, salvo se por outro motivo estiver cumprindo medida socioeducativa mais gravosa.

Comunique-se.

Solicitem-se informações, com o envio da senha de acesso ao processo de primeira instância.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator